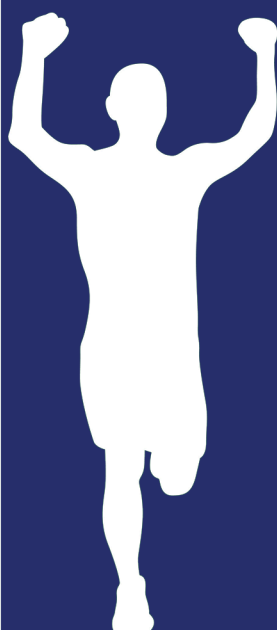


A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ÁREA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Lucio Marques Vieira Souza
(Organizador)

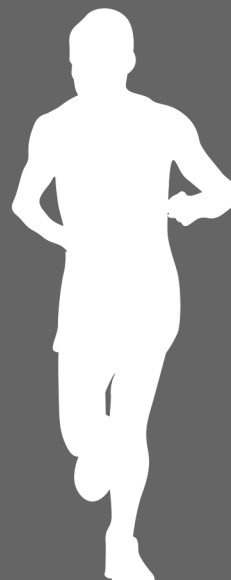
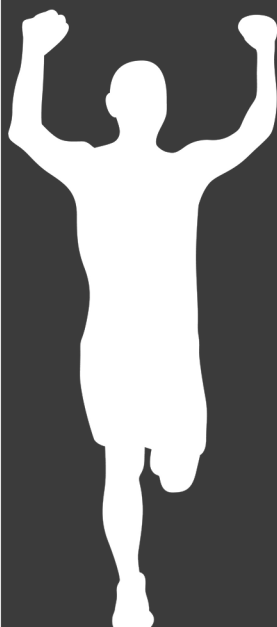


Atena
Editora

Ano 2020

A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ÁREA DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

Lucio Marques Vieira Souza
(Organizador)



Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	<p>A educação física como área de investigação científica [recurso eletrônico] / Organizador Lucio Marques Vieira Souza. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-5706-045-2 DOI 10.22533/at.ed.452201505</p> <p>1. Educação física – Pesquisa – Brasil. I. Souza, Lucio Marques Vieira.</p> <p style="text-align: right;">CDD 613.7</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação e responsabilidade que apresentamos a Coletânea “A Educação Física como Área de Investigação Científica” que reúne 23 artigos abordando vários tipos de pesquisas e metodologias que tiveram contribuições significativas de professores e acadêmicos das mais diversas instituições de Ensino Superior do Brasil.

O objetivo principal é apresentar os avanços e atualidades da área e para isto a obra foi dividida em 03 principais eixos temáticos: Educação Física Escolar do capítulo 1 ao 5; Esportes, Projetos e Educação Física Inclusiva, do capítulo 6 ao 13; e Atividade Física e Saúde, entre os capítulos 14 e 23. Estruturada desta forma a obra demonstra a pluralidade acadêmica e científica da Educação Física, bem como a sua importância para a sociedade.

Neste sentido, nos capítulos constam estudos que tratam de temas desde a influência do smartphone e da violência no contexto escolar, desenvolvimento e desempenho motor de crianças, esportes variados, sedentarismo, capacidades físicas, nível de qualidade de vida e atividade física em idosos ao tradicional treinamento resistido. Portanto, a presente obra contempla assuntos de importante relevância.

Agradecemos a Atena Editora que proporcionou que fosse real este momento e da mesma forma convidamos você Caro Leitor para embarcar na jornada fascinante rumo ao conhecimento.

Lucio Marques Vieira Souza

CAPÍTULO 1	1
A INFLUÊNCIA DO USO DO SMARTPHONE EM ESCOLARES: UM ESTUDO PILOTO	
Elaine Fernanda Dornelas de Souza Giovanna Santana Goes Sueyla Fernandes da Silva dos Santos Ismael Forte Freitas Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.4522015051	
CAPÍTULO 2	16
CORRELAÇÃO ENTRE A IDADE CRONOLÓGICA, O ESTADO MOTOR E DESEMPENHO DO SALTO VERTICAL DE CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR	
Jomilto Luiz Praxedes dos Santos Sergio Medeiros Pinto Igor da Silveira Carvalho Tainá de Sousa Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.4522015052	
CAPÍTULO 3	25
EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE NA ESCOLA: BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO FUNDAMENTAL	
Maria Eduarda da Silva Wellington Manoel da Silva José Aryelson dos Santos da Silva Josenilson Felix da Silva Thuani Lamenha Costa Geraldo José Santos Oliveira Thais Roberta da Cruz Tavares Mayara Joana Mendonça da Silva Elaine Rufino Barbosa da Silva Gabriela Maria da Silva Lívia Maria de Lima Leoncio Gilberto Ramos Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.4522015053	
CAPÍTULO 4	28
ESTÁGIO E A FORMAÇÃO DOCENTE: A IMPORTÂNCIA DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Gilberto Ramos Vieira Haroldo Moraes de Figueiredo Iberê Caldas Souza Leão Viktor Hugo Cavalcanti Correia Fagner Lucas Borba Guerreiro Myllison Silas Ferreira dos Santos Milena de Lima Moura Bruno Tavares Félix do Nascimento Wesllen Mneclisis Silva de Oliveira Nataly do Nascimento Silva Ítalo Vinícius Tabosa Guimarães Matias Maria Isadora Vilarim de Alencar Pires	
DOI 10.22533/at.ed.4522015054	

CAPÍTULO 5 39

RELAÇÃO ENTRE MATURAÇÃO SEXUAL E MEDIDAS DE DIMENSÃO CORPORAL COM APTIDÃO FÍSICA RELACIONADA A SAÚDE EM ESCOLARES

Hugo Martins Teixeira
Marlene Aparecida Moreno

DOI 10.22533/at.ed.4522015055

ESPORTES, PROJETOS E EDUCAÇÃO FÍSICA INCLUSIVA

CAPÍTULO 6 55

DANÇANDO NO ESCURO: ATIVIDADES RÍTMICAS E EXPRESSIVAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Súsel Fernanda Lopes
Suelen Cristina Cordeiro

DOI 10.22533/at.ed.4522015056

CAPÍTULO 7 68

LUTAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES

Fabricio Xavier do Carmo
José Antonio Vianna

DOI 10.22533/at.ed.4522015057

CAPÍTULO 8 78

O CIRCO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE GOIÂNIA

Lívia Vaz Soares
Michelle Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.4522015058

CAPÍTULO 9 87

O EFEITO DA GINÁSTICA ARTÍSTICA SOBRE OS ASPECTOS PSICOMOTORES EM CRIANÇAS DE 5 A 6 ANOS

Maria Eduarda Bezerra de Sá
Thalya Wendy Aguiar Barbosa
Renato de Vasconcellos Farjalla
Ricardo Gonçalves Cordeiro.

DOI 10.22533/at.ed.4522015059

CAPÍTULO 10 96

POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS NO ESPORTE DE BASE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA: O CASO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Rodrigo Roah Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.45220150510

CAPÍTULO 11 126

PRODUÇÕES CULTURAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO PROJETO BRINCAR É O MELHOR REMÉDIO

André da Silva Mello
Emmily Rodrigues Galvão

Luciene Sales Sena
Luísa Helmer Trindade
Sara de Paula Couto Bertolo
Sílvia Neves Zouain

DOI 10.22533/at.ed.45220150511

CAPÍTULO 12 139

PROGRAMA MINI-TÊNIS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Flávia Évelin Bandeira Lima
Mariane Aparecida Coco
Walcir Ferreira Lima
Vitória Gabrielly Ribeiro
Fellipe Bandeira Lima
Amanda Santos
Mariane Lamin Francisquinho
Diego Freitas do Nascimento
Sílvia Bandeira da Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.45220150512

CAPÍTULO 13 148

PROJETO DE ATIVIDADES AQUÁTICAS (PRÓ-AQUÁTICA)

Aryanne Hydeko Fukuoka Bueno
Sílvia Bandeira da Silva Lima
Flávia Évelin Bandeira Lima
Andreza Marim do Nascimento
Aline Gomes Correia
Matheus de Paula Bandeira e Silva
Marcela Elânia Alves Corrêa
Matheus Felipe Sosnitzki da Silva Félix
Walcir Ferreira Lima

DOI 10.22533/at.ed.45220150513

CAPÍTULO 14 153

AS CAPACIDADES FÍSICAS NECESSÁRIAS PARA O TRABALHO POLICIAL: UM ESTUDO NA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

Ronaldo César Falq Chinatto
Rafael Gomes Sentone

DOI 10.22533/at.ed.45220150514

ATIVIDADE FÍSICA E SAÚDE

CAPÍTULO 15 169

ATIVIDADES COM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: UM OLHAR SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Ariane Capela Mendes
Suelen Suane Bezerra Resque
Patrícia do Socorro Chaves de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.45220150515

CAPÍTULO 16 182

ATIVIDADES FÍSICAS RELAÇÕES COM A EVOLUÇÃO HUMANA E PROCESSOS ADAPTATIVOS DO CORPO HUMANO

Célio Roberto Santos de Souza

Kátia Silene Silva Souza
Almir de França Ferraz
Álvaro Adolfo Duarte Alberto
Maria Luiza de Jesus Miranda
Eliane Florêncio Gama
Aylton José Figueira Junior

DOI 10.22533/at.ed.45220150516

CAPÍTULO 17 192

**CORRELAÇÃO ENTRE A PRÁTICA DE EXERCÍCIO FÍSICO E A PREVALÊNCIA DE
DESCONFORTO/DOR EM AGENTES DE COMBATE A ENDEMIAS DE GUANAMBI-
BA**

Janne Jéssica Souza Alves
Suelen Oliveira
Paula Keeturyn Silva Santos

DOI 10.22533/at.ed.45220150517

CAPÍTULO 18 202

INVESTIGAÇÃO DA ATIVIDADE FÍSICA E DO ZUMBIDO EM INDIVÍDUOS IDOSOS

Jessica Aparecida Bazoni
Luciana Lozza de Moraes Marchiori
Karina Couto Furlanetto

DOI 10.22533/at.ed.45220150518

CAPÍTULO 19 216

**NÍVEL DE QUALIDADE DE VIDA QUANTO A CAPACIDADE FUNCIONAL E A
PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA NA TERCEIRA IDADE**

Flávia Évelin Bandeira Lima
Vitória Gabrielly Ribeiro
Sílvia Bandeira da Silva Lima
Mariane Aparecida Coco
Fellipe Bandeira Lima
Amanda Santos
Mariane Lamin Francisquinho
Diego Freitas do Nascimento
Walcir Ferreira Lima

DOI 10.22533/at.ed.45220150519

CAPÍTULO 20 229

**RODA DE TAMBOR QUILOMBOLAS E SUA RELAÇÃO COM A RESISTÊNCIA
MUSCULAR**

Vivianne Carvalho Moura
Patrícia Ribeiro Vicente
Luciano Silva Figueirêdo
Janaína Alvarenga Aragão
Juliana Barbosa Dias Maia
Ermínia Medeiros Macêdo
Saara Jane Santos Batista Lustosa
Patrícia Maria Santos Batista
Verônica Lourdes Lima Batista Maia
Evandro Alberto de Sousa
Igor Alcenor Granja de Moura

CAPÍTULO 21 241

SEDENTARISMO: ÍNDICE PRESENTE ENTRE GRADUANDOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

José Cícero Cabral de Lima Júnior
Keila Teixeira da Silva
Eugênio Lívio Teixeira Pinheiro
Lidiane dos Santos Fernandes
João Marcos Pereira de Castro
Igor Leandro Rodrigues Monteiro
César Iúryk Biserra Silva
Sílvia Leticia Ferreira Pinheiro
Rafaella Bezerra Pinheiro
Yarlon Wagner da Silva Teixeira
Andreza Dantas Ribeiro Macedo
Sheron Maria Silva Santos

DOI 10.22533/at.ed.45220150521

CAPÍTULO 22 253

TREINAMENTO RESISTIDO X ENVELHECIMENTO

Danieli Tefili Rossa
Jéssica Pinheiro
Lia Mara Wibelinger

DOI 10.22533/at.ed.45220150522

CAPÍTULO 23 261

A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

Leandro Jorge Duclos da Costa
Cristiane Jesus Fróes Arantes
Larissa de Oliveira e Ferreira
Paola Batista Paranaíba
Roner Soares da Silva
Alexsander Augusto da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.45220150523

SOBRE O ORGANIZADOR..... 273

ÍNDICE REMISSIVO 274

POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS NO ESPORTE DE BASE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA: O CASO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Data de aceite: 06/05/2020

Rodrigo Roah Rodrigues

RESUMO: É possível verificar, a partir da década de 1980, a construção das políticas públicas do esporte no Brasil. A partir da criação do Ministério do Esporte, em 2003, que as discussões sobre o assunto ganharam importância no cenário político. O objetivo desse estudo foi a análise das políticas públicas inclusivas no esporte de base para crianças e adolescentes com deficiência, na faixa etária de 10 e 14 anos, na cidade de São Bernardo do Campo. Para tanto, a revisão da literatura foi baseada na consulta de livros e às bases de dados Scielo; Google Acadêmico; Periódicos Capes. A coleta de dados utilizou o portal da transparência das esferas federal e municipal, além da página para consulta dos dados públicos do município pela lei de acesso a informação. Quanto ao tipo de levantamento aplicou-se um questionário para os profissionais que lecionam no projeto esportivo, vinculados às políticas públicas municipais, que atendem crianças e adolescentes com deficiência na cidade de São Bernardo do Campo e efetuou-se entrevista via e-mail com o agente público responsável pelo programa. Verificou-se que a cidade de São Bernardo do Campo possui

políticas públicas inclusivas para o esporte de base e, que oportuniza vivências e atividades esportivas para crianças entre 10 e 14 anos, foco da pesquisa. Entretanto, existem algumas divergências nas informações analisadas do agente público com as informadas obtidas através da lei de acesso a informação e com as respostas obtidas na aplicação do questionário.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Inclusão; Esporte de base

ABSTRACT: It is possible to verify, from the decade of the 1980, the construction of the public policies of the sport in Brazil. Since the creation of the Ministry of Sports in 2003, the discussions on the subject have gained importance in the political scenario. The objective of this study was the analysis of inclusive public policies in basic sport for children and adolescents with disabilities, in the age group of 10 and 14 years old, in the city of São Bernardo do Campo. Therefore, the literature review was based on the consultation of books and the Scielo databases; Academic Google; Newspapers Capes. The data collection used the transparency portal of the federal and municipal spheres, as well as the page for consultation of the public data of the municipality by the law of access to information. Regarding the type of survey, a questionnaire was applied to the professionals who teach in

the sports project, linked to the municipal public policies, that attend children and adolescents with disabilities in the city of São Bernardo do Campo and an interview was conducted via e-mail with the public agent responsible for the program. It was verified that the city of São Bernardo do Campo has inclusive public policies for basic sport and that it offers experiences and sports activities for children between 10 and 14 years old, the focus of the research. However, there are some divergences in the analyzed information of the public agent with the information obtained through the access to information law and the answers obtained in the application of the questionnaire.

KEYWORDS: Public policy; Inclusion; Base sport.

1 | INTRODUÇÃO

As políticas públicas de esporte no Brasil possuem sua construção a partir da década de 1980. Mas apenas após a criação do Ministério do Esporte (ME) em 2003 que as discussões sobre o assunto ganharam importância no cenário político.

A partir desse contexto, começa a ser formada uma estrutura institucionalizada no Governo Federal responsável pelas políticas públicas esportivas em nível nacional.

Já em 2004, é elaborada a Política Nacional do Esporte (PNE) como resultado da I Conferência Nacional do Esporte promovida pelo ME que "... tem como proposta geral estabelecer macrodiretrizes políticas para o desenvolvimento do esporte no país" (ROSA, 2014 – p.217).

Uma II Conferência é realizada em 2006 elaborando etapas estaduais e municipais e mantendo as características do evento anterior.

Nessa perspectiva, após as Conferências e o Brasil ter ganhado a disputa de sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas e Paralímpicas de 2016 contribuiu para que o esporte entrasse definitivamente na agenda política nacional.

Paralelamente aos avanços das políticas públicas voltadas ao esporte, identificam-se políticas públicas sociais e inclusivas que preconizaram o movimento de discussão dos direitos das pessoas com deficiência.

De uma forma geral, o início da década de 1980 tornou-se de suma importância para os movimentos relacionados às pessoas com necessidades especiais em nosso país, sejam os relacionados ao esporte, à saúde, ao trabalho, à educação, ou amplamente de seus direitos (ARAÚJO, 2011, p.54).

Nesse sentido, alguns documentos marcaram o início desse avanço social como a Carta Internacional de Educação Física e Desporto aprovada pela UNESCO em 1978, da Carta para a Década de 1980, aprovada no 14º Congresso de "Rehabilitation International", realizado em Winnipeg, Canadá (SILVA, 2005 apud ARAÚJO, 2011) e a de Batatais em 1996 foram concebidas com objetivos de garantir os direitos sociais

(ARAÚJO, 2011).

Dentre esses direitos sociais, será abordado o esporte, mais precisamente o esporte de base oferecido para as crianças e adolescentes com deficiência na cidade de São Bernardo do Campo, objeto do presente estudo.

O esporte é um direito social e, nesse sentido, há a obrigatoriedade do Estado para o acesso e permanência da sociedade nas mais variadas modalidades esportivas e de lazer (BRASIL, 1988).

As crianças e adolescentes com deficiência, antes marginalizadas, começam a ser reconhecidas como pertencentes a uma sociedade onde a igualdade está na diferença entre as pessoas.

Contemplar políticas públicas inclusivas no esporte como ferramenta educacional é fundamental para garantir o oferecimento do esporte de base no processo de iniciação. Além disso, oportunizar essa vivência é garantir a quebra de estigmas, evidenciar as potencialidades do indivíduo com deficiência, elevar sua autoestima e garantir sua plenitude como cidadão.

2 | REVISÃO TEÓRICA

2.1 Esporte como um direito social

Identifica-se o esporte como um dos pilares para a formação de uma sociedade garantidora de direitos sociais.

Ao ampliarmos a visão de esporte para uma das opções de lazer e entretenimento da população também identificamos o dever do Estado de garantir essas práticas para a promoção social (BRASIL, 1988).

Nesse sentido, os investimentos em políticas públicas para o esporte e lazer tem embasamento legal para que os Estados Federativos e seus respectivos Municípios se adequem para garantir essas práticas desportivas em seu orçamento anual (BRASIL, 2005). Na Política Nacional do Esporte (2005) dentre outros objetivos destacam-se o fomento da prática do esporte educativo e participativo e o incentivo ao desenvolvimento de talentos esportivos (BRASIL, 2005).

Nesse ponto, parte-se da premissa de que o esporte adaptado de base deve ser considerado como um desporto educacional e que, portanto, necessita de investimentos públicos que garantam sua prática como um processo de formação esportiva.

O portal da transparência do Governo Federal, através do Ministério do Esporte, informa os repasses para os Estados Federativos e para os Municípios as verbas anuais para que garantam o esporte como um direito social para a população. Os investimentos devem disponibilizar subsídios para que garantam o acesso e permanência das crianças nas atividades esportivas oferecidas.

Estruturação de uma política de financiamento que esteja vinculada ao Sistema Nacional do Esporte e do Lazer e que mobilize, articule, diversifique, amplie e dinamize recursos para essa área, coordenando as iniciativas do setor público, em todas as esferas, e do privado, assentada sob princípios sólidos de controle público e transparência (BRASIL, 2005).

Nessa perspectiva, a Constituição Brasileira estabelece a importância da pessoa com deficiência ter acesso e ser incluído na sociedade assegurando entre outras questões:

“Incentivar e promover a maior participação possível das pessoas com deficiência nas atividades esportivas comuns em todos os níveis” (BRASIL, 2013 – p.26).

Ao ser responsável pela promoção da participação de pessoas com deficiência no esporte se identifica a necessidade de políticas públicas inclusivas que garantam esse acesso e permanência desse público na modalidade esportiva que optarem (BRASIL, 2013).

Ainda considera:

Assegurar que as pessoas com deficiência tenham a oportunidade de organizar, desenvolver e participar em atividades esportivas e recreativas específicas às deficiências e, para tanto, incentivar a provisão de instrução, treinamento e recursos adequados, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas (BRASIL, 2013, p.26).

2.2 O processo de Inclusão

Para entender a inclusão como um processo de amadurecimento cultural é necessário ter o entendimento de como a inclusão deve ou deveria ser concebida atualmente.

A criança com deficiência que vivia fechada, enclausurada do convívio social renegada as oportunidades de vivências e experiências das outras pessoas passaram, após a Declaração de Salamanca, a fazer parte de uma nova perspectiva (BRASIL, 1994).

O documento possui o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Apesar da existência de documentos anteriores como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e da Declaração sobre Educação para Todos (UNESCO, 1990) a Declaração de Salamanca consolidou a ideia de uma educação inclusiva (BRASIL, 1994.).

“A prática de desmarginalização de crianças portadoras de deficiência deveria ser parte integrante de planos nacionais que objetivem atingir educação para todos.” (BRASIL, 1994).

Ao pensar na desmarginalização, na ruptura de estigmas que acompanham historicamente a vida das crianças com deficiência é necessário um olhar intencionalizado para a diversidade, para a pluralidade de indivíduos que apresentam dificuldades e potencialidades como qualquer outra pessoa.

Segundo Carmo (2014), o conceito da dialética negativa advinda da escola de Frankfurt contribui para o entendimento da relação do ser com o outro.

Nesse sentido, ao enxergar o outro respeitando suas diferenças, sua individualidade, é garantido o respeito à diversidade. Desta forma, esse olhar só terá esse significado quando ao enxergar o outro não se pretender estabelecer uma identidade de nós mesmos.

[...] o indivíduo vê o outro a partir de sua consciência e não como o Outro é realmente. Ele vê o Outro como gostaria que o Outro fosse. Com isso, não vê o Outro, mas se vê no Outro, fato este que “mata” o Outro (CARMO, 2014, p. 23).

A partir da importância desse olhar em relação ao outro nasce à necessidade da inclusão como um aspecto natural do processo civilizatório, onde a diversidade humana está presente nos mais variados espaços de convivência, sem, contudo, deixar de contextualizar a igualdade na diferença e o específico presente no geral. A essa perspectiva, Carmo (2014) denomina de moralismo concreto.

Identifica e compreende os mecanismos sociais e os critérios utilizados para nominar tanto os incluídos como os excluídos. Ao invés de negar o estatuto histórico do sujeito, procura explicitá-lo. Ao contrário de silenciar diante das contradições e incompatibilidades sociais, denuncia-as (CARMO, 2014 p. 33-34).

O autor ainda aponta a necessidade de considerar os aspectos universais dos direitos sociais, das pessoas com deficiência, dos direitos humanos e contemplá-los numa realidade regionalizada que, muitas vezes, não possui a estrutura necessária para que o processo de inclusão aconteça de forma satisfatória.

[...] embora a Constituição Federal atual seja norteadada pelo princípio de que o direito de livre acesso ao meio físico e de livre locomoção é parte indissociável dos Direitos Humanos, falta à visão de obrigatoriedade e de compromisso, bem como uma ligação entre a Lei e os parâmetros já existentes, estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da NBR 9050/1994, feita pela ABNT (CAMPEÃO, p.46-47, 2014).

Nesse sentido, é também dever do Estado garantir que a acessibilidade e tecnologias assistivas sejam oportunizadas para garantir a presença da diversidade nas ações de políticas públicas inclusivas voltadas ao esporte.

2.3 Esporte de base

Antes de pensar sobre políticas públicas inclusivas no esporte é necessário

estabelecer um entendimento sobre terminologias e conceitos sobre o esporte de base e a que público ele se destina. Esse processo tem por objetivo delimitar o objeto de estudo.

Ao se referir ao esporte de base pode-se defini-lo como uma prática esportiva sistematizada, com regras fixas e, voltadas para a especialização do praticante.

“... sem especialização, dificilmente o praticante consegue se inserir em um processo de treinamento em longo prazo (formação esportiva), que abrange a prática desde a infância e/ou adolescência até a vida adulta.” (CANAN, 2014 – p 240).

Ressalta-se a importância do processo formativo e competitivo que também caracteriza essa etapa esportiva. Essas etapas devem ser ponderadas e oferecidas de acordo com o processo de desenvolvimento de seus praticantes.

Quando se fala de esporte de base, um dos primeiros questionamentos é uma possível especialização precoce da criança em alguma modalidade esportiva. Na literatura, não existe um consenso em relação da idade adequada para o início de alguma prática desportiva. Porém, a faixa etária de 12-14 anos parece ser a mais indicada para o início de alguma especialização (BOMPA, 1999; GRECO; BENDA, 1998; TANI; MANOEL; KOKUBUN; PROENÇA, 1988; WEINECK, 1999 apud ARENA; BOHME, 2000).

Porém, os esportes de base devem ser oportunizados de forma gradual e sem nenhuma cobrança de resultados. As atividades desportivas oferecidas antes dos 12 anos deverão levar em conta a ludicidade como processo estratégico e desenvolvido para o prazer de seu praticante e, ainda, garantir um processo formativo da modalidade escolhida (GREGÓRIO; SILVA, 2014).

Segundo Almeida (2005) o processo de iniciação esportiva deve ser dividido em três etapas. Na primeira, a criança entre 8 e 9 anos deve ser inserida em conteúdos que garantam o desenvolvimento de habilidades motoras específicas e destrezas globais utilizando jogos pré-desportivos. O autor ressalta que essa faixa etária possui condição para um primeiro contato com o esporte, mas não para competição.

Nessa perspectiva a ludicidade é fundamental para que o processo de aprendizagem seja vivenciado de forma divertida e motivadora, incluindo diversos desafios motores para o desenvolvimento das habilidades de acordo com o processo maturacional (ALMEIDA, 2005).

Na segunda etapa, será a fase do aperfeiçoamento esportivo. A criança entre 10 e 11 anos já vivencia oportunidades de participação em ações baseadas na colaboração e cooperação. O autor relata a importância da utilização do jogo como transformador social e o aprendizado de regras para a prática esportiva, ampliar os fundamentos básicos esportivos, favorecer a socialização e cooperação através de jogos e brincadeiras (ALMEIDA, 2005).

Já, na terceira etapa, o adolescente entre 12 e 13 anos tem um desenvolvimento

cognitivo e motor capaz de aperfeiçoar técnicas individuais, táticas de determinado esporte (ALMEIDA, 2005).

Apesar de Almeida (2005) referir-se ao processo de esportivização na escola, deve-se tomar o cuidado de pensar que a escola não é um seleiro para formação de atletas, sejam amadores ou de alto rendimento e sim, um espaço democrático inclusivo em que todos possam ter um aprendizado rico, oportunizando vivências motoras mais diversas possíveis para ampliação do repertório motor.

Nesse sentido, o esporte de base deve ser oportunizado através de um processo pedagógico e, muitas vezes, oferecido no contraturno escolar ou em parcerias com entidades sem fins lucrativos, dando sentido a premissas que norteiam essa pesquisa, considerando o esporte de base adaptado como um esporte educacional dependente de políticas públicas que garantam essas vivências esportivas.

Ao oportunizar o esporte de base para as crianças através de políticas públicas esportivas tem-se a oportunidade de incluir as pessoas com deficiência nesse contexto social. Quebrando estigmas, diminuindo preconceitos, favorecendo a socialização e formação do cidadão.

2.4 Políticas públicas inclusivas em São Bernardo do Campo

Será estabelecido um paralelo com a sociologia para compreender como o conceito de política pública se estabelece para depois verificar sua vertente no esporte e as nuances que acontecem em São Bernardo do Campo.

Será adotado nessa pesquisa as delimitações indicadas por Frey (2000) apud Silva e Mezzadri (2014) que desmembra o termo “política” em três partes que se completam num entendimento global no ato de governar. Porém, ao dividi-lo identificam pessoas e setores responsáveis por cada ação.

Conforme Frey (2000) apud Silva e Mezzadri (2014).

“A expressão “polity” é para denominar as instituições políticas, “politics” para verificar os processos políticos e, por fim “policy” para estabelecer os conteúdos da política”.

A partir desse contexto é possível dar uma entre várias definições possíveis de política pública.

Será utilizado o conceito de Teixeira (2002, p. 2).

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. “São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos”.

As lutas para o desenvolvimento de políticas públicas, historicamente,

apresentam uma demanda de cunho social enfatizando o processo de lutas para a garantia de moradias populares, mais oportunidades de emprego, entre outras ações que envolvem as nuances do capitalismo (PAOLI, 1987 apud GARCIA, 2004).

No entanto, a modernidade, a diversidade do povo brasileiro, ao passar dos anos, apresentou outras demandas a serem discutidas e pleiteadas como políticas públicas, dentre elas as políticas públicas inclusivas. Nesse segmento, podem-se considerar as lutas das minorias como: mulheres, negros, índios, sexualidade e, entre outras, as pessoas com deficiências. (MARTINS, 1997 apud GARCIA, 2004).

Na concepção de Garcia (2004), as políticas públicas podem ser definidas como: “aquelas em que se percebe a intervenção do Estado (AZEVEDO, 1997 apud GARCIA, 2004), ainda que possam ser propostas pela sociedade civil, e que estão articuladas às lutas reivindicatórias por direitos sociais”.

Portanto, cabe ao Estado a responsabilidade por manter, financeiramente, as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento social da população.

O Foco nesse processo de estudo é analisar as políticas públicas inclusivas desenvolvidas para as crianças e adolescentes com deficiência em relação às oportunidades oferecidas no esporte de base na cidade de São Bernardo do Campo.

O município de São Bernardo do Campo, pela Secretaria de Esportes (SE) e Lazer estabeleceu as seguintes competências em 2017:

I administrar e executar, diretamente, por meio de terceiros ou de forma associada, programas de incentivo à prática esportiva, amadora ou profissional e de atividades de lazer em espaços recreativos e do Município;

II projetar e implantar a prática de atividades desportivas em represas, parques, áreas da Serra do Mar, museus, ou em outros setores ligados às atividades e, especialmente, na Cidade da Criança, Conjunto Vera Cruz e Parque Estoril, em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo; e

III definir normas e critérios para o funcionamento dos centros de lazer, bem como de suas atividades, extensivos aos espaços públicos adequados à prática de lazer, potencializando estes recursos (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2017).

Para cumprir as competências estabelecidas a cidade oferece cursos e dois programas esportivos aos munícipes. O primeiro é o Movimento Ação, que oferece, para adultos a partir de 17 anos e pessoas idosas, práticas corporais diversificadas como: dança; ginástica; hidroginástica; natação; pilates e yoga, além de palestras. O segundo programa e objeto do presente estudo é o Programa Hora do Treino, que promove, entre crianças e jovens de 7 a 17 anos, a aprendizagem de jogos e brincadeiras a partir de modalidades como basquetebol, capoeira, futebol, futsal, handebol, judô e voleibol (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2017).

As informações obtidas através do site da Prefeitura não deixam clara a informação se todas essas modalidades oferecidas para crianças e adolescentes

também contemplam as que possuem alguma deficiência, porém enfatizam que as crianças com deficiência que apresentem laudo médico possuem vaga garantida para a prática esportiva.

3 | OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar as políticas públicas inclusivas no esporte de base para crianças e adolescentes, entre 10 e 14 anos, com deficiência na cidade de São Bernardo do Campo.

3.2 Objetivos específicos

(a) Verificar a formação acadêmica dos profissionais atuantes nos projetos de políticas públicas que envolvem atividades físico-desportivas para crianças e adolescentes com deficiência;

(b) Relacionar o investimento do esporte de base com o número de crianças e adolescentes atendidos por região e as modalidades oferecidas;

(c) Verificar as estruturas físicas e recursos materiais disponíveis.

4 | METODOLOGIA

4.3 Tipo da pesquisa

Essa pesquisa utilizará a técnica da pesquisa descritiva ao observar, analisar e correlacionar dados (CERVO; BERVIAN, 2004).

4.4 Coleta de dados

A revisão da literatura foi baseada na consulta de livros e às bases de dados Scielo; Google Acadêmico; Periódicos Capes no período de agosto de 2017 a setembro de 2018. Foram pesquisados conceitos de: políticas públicas, políticas públicas inclusivas, políticas públicas no esporte, inclusão, educação física adaptada, esporte adaptado e seus correspondentes em inglês. Foram utilizados como critérios de seleção artigos, teses, documentos e livros. Após a etapa de seleção realizou-se uma análise da literatura científica e foram efetuados os fichamentos para organização do conteúdo mais relevantes da pesquisa.

A coleta de dados ocorreu no endereço eletrônico na internet:

<www.transparencia.gov.br>, onde estão publicados os repasses do Governo Federal para a cidade de São Bernardo do Campo. No portal da transparência do município também se verificou as verbas destinadas ao tema, objeto desse estudo,

disponível no endereço eletrônico:

<<http://www.saobernardo.sp.gov.br/web/transparencia/receitas-despesas-e-convenios>>. Foi consultada a base de dados que se refere aos repasses de verbas que tenham relação com o tema proposto entre os anos de 2015 a 2017. Consultou-se a agenda política municipal para verificar as ações que envolvem políticas públicas na atual gestão, solicitar informações de investimentos através da lei de acesso a informação tendo como base as discussões do Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizado em 2015.

Embora o programa “Hora do treino” atenda crianças e adolescentes entre 7 e 17 anos, a presente pesquisa adotou um corte entre a faixa etária de 10 a 14 anos, devido ao fato do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Prefeitura de São Bernardo do Campo disponibilizarem seus dados nesta mesma faixa etária. O que proporciona melhor comparação e análise dos dados.

4.5 Tipo de Levantamento

Aplicou-se um questionário para os profissionais que lecionam no projeto esportivo “Hora do treino”, vinculados às políticas públicas municipais, que atendem crianças e adolescentes com deficiência na cidade de São Bernardo do Campo.

Efetuuou-se entrevista via e-mail com o agente público responsável pelo programa “Hora do Treino”.

Todos tiveram a garantia do direito de não participar ou retirar seu consentimento, a qualquer momento, sem prejuízo algum, o direito do anonimato, tendo sido informados da importância do projeto e das ações que estavam previstas caso concordassem em participar através da assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido.

4.6 Tratamento dos dados

Após a coleta de dados e o levantamento efetuado foi feita uma análise dos dados obtidos relacionando o número de crianças e adolescentes com deficiência e o investimento direcionado a essas políticas públicas. Ainda, foram analisados os recursos materiais e a infraestrutura em relação ao número de crianças e adolescentes atendidos para identificar se o que está sendo oferecido é suficiente para a demanda apresentada.

Foi utilizado o Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer da cidade de São Bernardo do Campo como ponto de partida para a análise dos investimentos em políticas públicas no esporte de base para as pessoas com deficiência. Já que, foi adotada a hipótese de que as discussões sobre políticas públicas no esporte da cidade faz parte da agenda política municipal desde 2015 por conta do Seminário

oportunizado.

As respostas do questionário foram transcritas na sua totalidade de forma que o pesquisador não provocou nenhuma intervenção ou interferência externa do processo e que manteve em sigilo os nomes dos pesquisados.

As informações obtidas na entrevista foram transcritas em forma de citação ou apresentadas sem intervenção de sentido de forma textual, mantendo em sigilo o nome do agente público.

As informações foram apresentadas em gráficos quando se referiram as perguntas fechadas e quando se referiram a dados quantitativos obtidos pelo site da prefeitura, portal da transparência ou lei de acesso à informação. Descreveram-se as respostas que requeriam uma análise qualitativa dos dados fornecidos pelas respostas apresentadas no questionário e na entrevista.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de São Bernardo do Campo apresenta um total de 195.008 pessoas com algum tipo de deficiência em uma população total de 765.463 habitantes. É a 4ª maior cidade do Estado de São Paulo em número total de deficientes acima dos 10 anos de idade, ficando atrás apenas de São Paulo, Guarulhos e Campinas (IBGE, 2010).

Através dos dados do IBGE (2010) foi possível representar os seguintes dados (Figura 1):

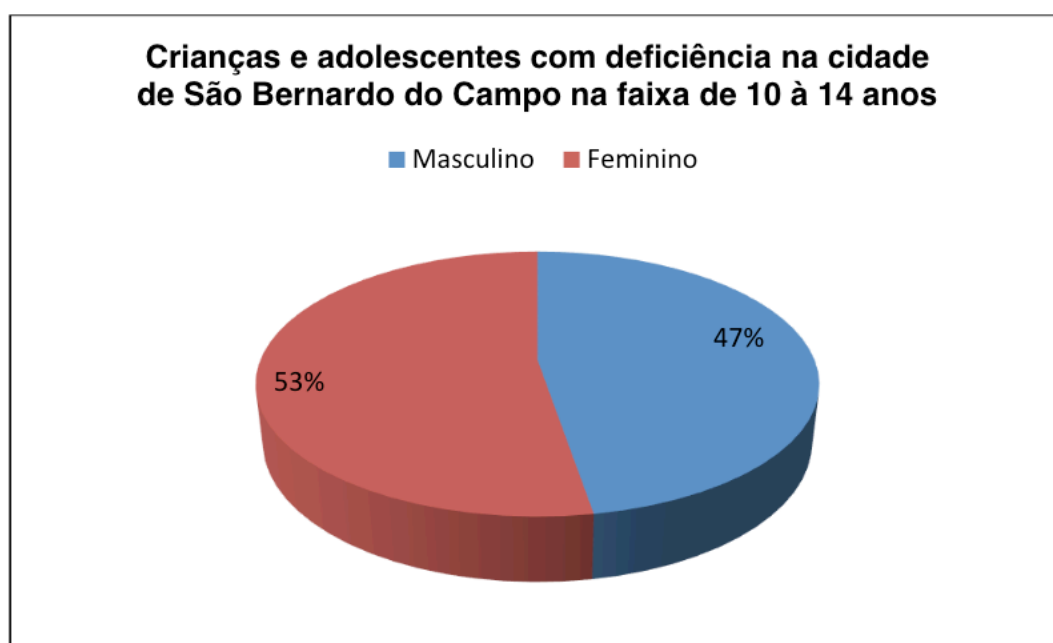


Figura 1 - Porcentagem de crianças e adolescentes com deficiência entre 10 e 14 anos

O número total de crianças e adolescentes com deficiência do sexo masculino

era de 3.448 crianças, enquanto o número do sexo feminino com alguma deficiência chegava a 3.835. As deficiências informadas no Censo são auditivas, mental/intelectual, motora e visual.

A partir da base de dados do cadastro único pôde constatar, até março de 2018, os seguintes números referentes às crianças e adolescentes com deficiência na idade de 10 a 14 anos, por bairro da cidade de São Bernardo do Campo (Tabela 1).

CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NA FAIXA ETÁRIA DE 10 A 14 ANOS – POR BAIRRO	
Bairro	Nº de crianças e adolescentes
ALVES DIAS	24
ASSUNÇÃO	18
BAETA NEVES	12
BAETA NEVES/MONTANHÃO	10
BATISTINI	31
BOTUJURU	4
BOTUJURU/RIACHO GRANDE	1
CENTRO	10
COOPERATIVA	27
CURUCUTU	1
DEMARCHI	6
DOS ALVARENGA	63
DOS CASA	30
DOS FINCO	11
FERRAZÓPOLIS	55
INDEPENDÊNCIA	8
JORDANÓPOLIS	7
MONTANHÃO	71
MONTANHÃO/RIACHO GRANDE	6
NOVA PETRÓPOLIS	5
PAULICÉIA	6
PLANALTO	12
RIO GRANDE	11
RUDGE RAMOS	4
SANTA CRUZ	7
SANTA TEREZINHA	6
TABOÃO	10
TAQUACETUBA	3
TATETOS	3
VARGINHA	2
Total	464

Tabela 1 - Número de crianças e adolescentes com deficiência por bairro da cidade

Dos 73 bairros existentes atualmente na cidade, é possível verificar que dos 30 bairros que possuem crianças e adolescentes com deficiência, na faixa etária de 10 a 14 anos, de um total de 17 polos disponíveis, 14 são destinados ao atendimento deste público conforme demonstrado na figura 2:

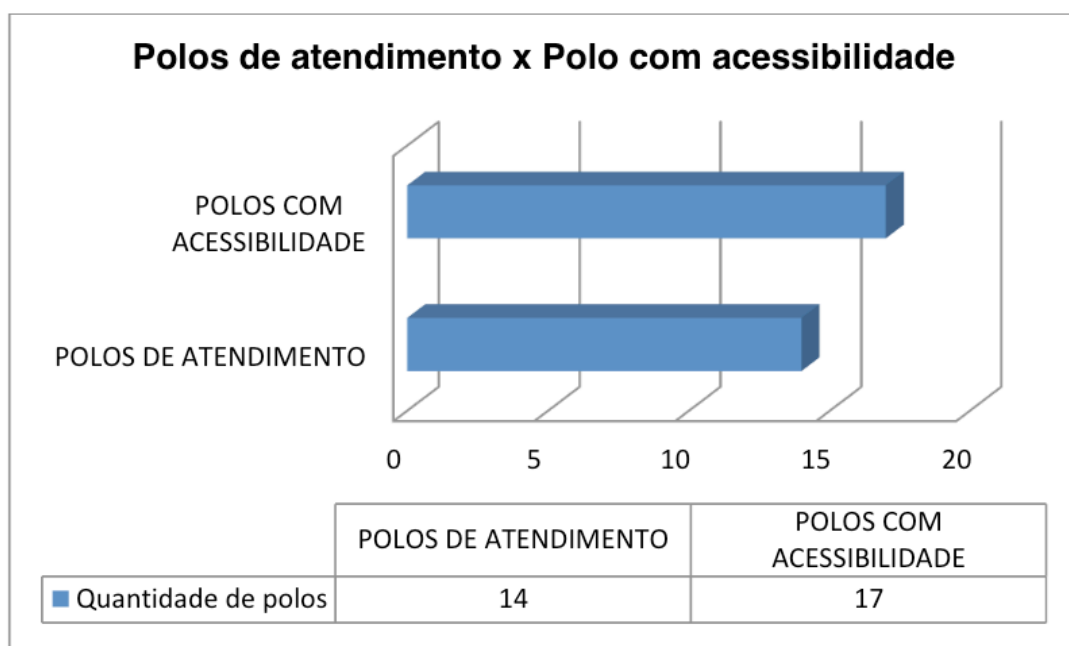


Figura 2 - Polo de atendimento x polo com acessibilidade para pessoas com deficiência

Os 3 polos que não fazem atendimento para crianças e adolescentes com deficiência atendem outro programa destinado ao público adulto com e sem deficiência.

Além disso, existem outros bairros que possuem crianças e adolescentes com deficiência, mas, não possuem polo esportivo de atendimento para este público. Nesses casos, são atendidos nos polos mais próximos. Além da distância percorrida sem o transporte oferecido pelo Município, o polo mais próximo da criança ou adolescente pode não oferecer a modalidade que o possível participante gostaria de praticar.

Abaixo podem ser identificados os bairros que não possuem polo de atendimento, mas, possuem crianças e adolescentes com deficiência, na faixa etária de 10 a 14 anos. Foi identificada a quilometragem do polo mais próximo em relação ao bairro onde residem estas pessoas.

BAIRRO SEM ATENDIMENTO X POLO DE ATENDIMENTO MAIS PRÓXIMO		
BAIRRO SEM ATENDIMENTO	POLO MAIS PRÓXIMO	DISTÂNCIA (KM)
BATISTINI	ORQUIDEAS	7,1
BOTUJURU	TERRA NOVA	1,7
RIACHO GRANDE	MONTANHÃO	3,8
CENTRO	VILA MARLENE	3
COOPERATIVA	ALVES DIAS	2,4
CURUCUTU	ORQUIDEAS	36,1
DOS ALVARENGA	ORQUIDEAS	5,5

DOS CASA	ALVES DIAS	5,1
DOS FINCO	JARDIM DO LAGO	34,2
INDEPENDÊNCIA	VILA MARLENE	3,5
JORDANÓPOLIS	VILA MARLENE	2,8
NOVA PETROPOLIS	BAETA NEVES	2,7
PLANALTO	VILA MARLENE	4,1
RIO GRANDE	MONTANHÃO	5,7
RUDGE RAMOS	VILA MARLENE	3,8
SANTA CRUZ	NÃO LOCALIZADO	
SANTA TEREZINHA	VILA SÃO PEDRO	2,2
TAQUACETUBA	ORQUIDEAS	39,4
TATETOS	ORQUIDEAS	32,8
VARGINHA	NÃO LOCALIZADO	

Tabela 2 - Bairros sem atendimento do programa “Hora do Treino” x Polo de atendimento mais próximo – Fonte: Google maps.

Foi possível verificar que outros polos existentes na cidade poderiam atender a demanda dos bairros que não possuem atendimento por serem mais próximos ou, até mesmo, no próprio bairro. Porém, questões como a falta de acessibilidade da unidade, um olhar mais humanizado do órgão público ou de profissionais capacitados para atender a demanda resultam nesse impasse. Os bairros que a distância ultrapassa os 30 quilômetros são localizados em território onde o acesso é feito apenas por balsa, o que acaba dificultando ainda mais a participação dos interessados no programa esportivo. Dois bairros da cidade não foram localizados no Google maps para que fosse possível verificar a distância do polo mais próximo.

Os primeiros resultados apresentados em relação às crianças e adolescentes com deficiência na faixa etária de 10 a 14 anos demonstram que houve uma considerável redução. Enquanto no ano de 2010 foram apresentadas 7.283 pessoas com deficiência (IBGE, 2010) até março 2018 foi informado um total de 464 pessoas com deficiência na mesma faixa etária (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018). Uma diminuição percentual de 93.63% conforme demonstrado na figura 3:

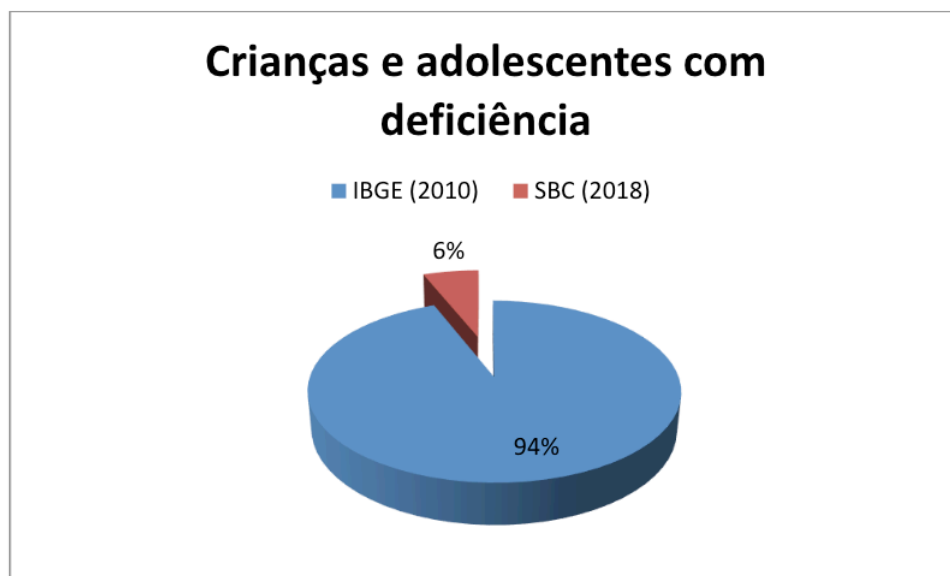


Figura 3 - Porcentagem de crianças e adolescentes com deficiência IBGE x SBC.

Embora não tenha sido encontrado nenhum documento que trate destas informações e possa explicar o motivo desta redução, o fato de terem menos pessoas com deficiência nos últimos anos dentro da faixa etária do presente estudo pode estar associado a questões como: os avanços na medicina e maior nível de informação por parte dos pais que levam a atitudes como acompanhamento pré-natal e alimentação saudável, fatores que podem contribuir para que haja uma redução na probabilidade de uma pessoa nascer com alguma deficiência (CUNHA, 2001; OTHERO; AYRES, 2012).

Não foi informado, de forma precisa, pela Prefeitura de São Bernardo do Campo, o número de crianças e adolescentes inscritos no programa esportivo oferecido pela cidade. O agente público responsável pelo programa afirmou não ter o controle sobre a quantidade de inscrições. Entretanto, foi informado o número de vagas disponíveis no programa (Figura 4).

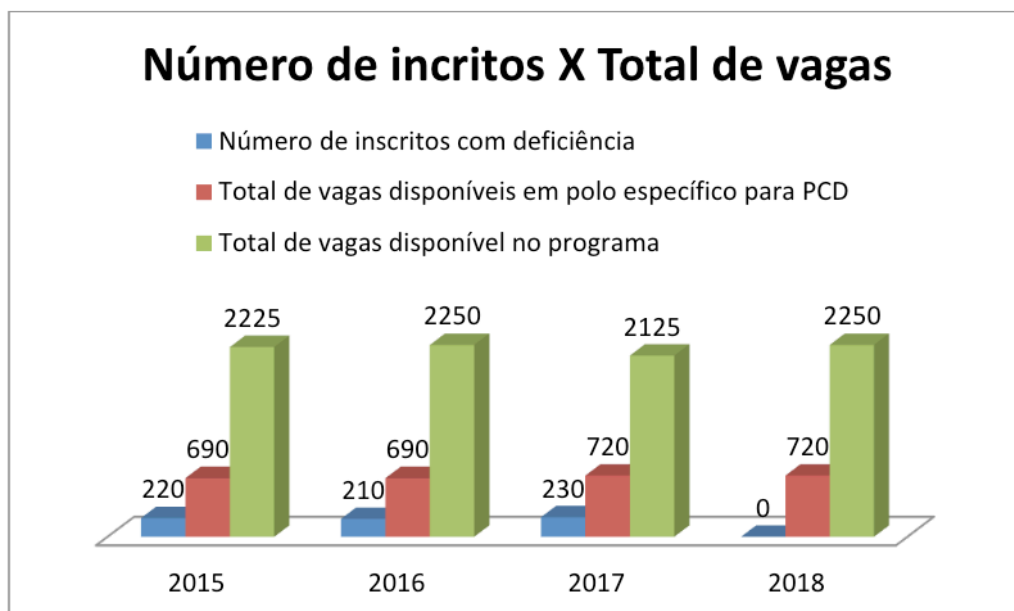


Figura 4 – Número de inscritos e vagas disponíveis no programa “Hora do treino”.

A figura acima apresenta as vagas disponíveis no programa “Hora do Treino”. Nas colunas azuis, é apresentado o número de crianças e adolescentes com deficiência, na faixa etária de 10 a 14 anos, inscritas no programa. No ano de 2018 o número de inscritos não foi informado. Nas colunas verdes, é apresentado o total de vagas oferecidas no programa, para todos os públicos, na faixa etária de 07 a 17 anos, nos 14 polos espalhados pela cidade. Já nas colunas vermelhas, apresentam-se as vagas disponíveis, exclusivamente, para pessoas com deficiência em polo específico. Além das crianças e adolescentes com deficiência terem preferência nas inscrições no programa nos diversos polos, também possuem atendimento em polo específico. Este polo localiza-se nas proximidades do centro da cidade (Bairro Assunção) e oferecem as atividades: ginástica; vôlei adaptado e natação.

Apesar da cidade contar com polo específico para atendimento de pessoas com deficiência o caráter inclusivo pode não ser atingido ao propor um atendimento de exclusividade que não contemple a inserção dessas pessoas com a diversidade social.

Há também falta de controle do órgão público que não possui o número de inscritos, seja das crianças e adolescentes com deficiência, seja do total de inscritos do ano de 2018. Portanto, não há percepção do órgão público para a necessidade de aumento ou diminuição da oferta de vagas para o próximo ano.

Entretanto, quando o agente público foi questionado sobre o número de vagas disponíveis em 2018, informou 750/ano. Também foi informado que a média de participação em 2018 ficou em 650 participantes do total de inscritos no programa, restando 15% de vagas ociosas, fruto da desistência dos contemplados.

Sabendo da desistência dos participantes do programa é possível saber o

número de inscritos, porém o número não foi informado.

Uma das questões que podem ter influenciado na desistência dos participantes do programa “hora do treino”, é o não oferecimento de transporte para as pessoas com deficiência (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018). Essa questão deverá ser analisada em pesquisas posteriores.

A partir do número total de crianças e adolescentes da faixa etária pesquisada é possível partir para uma análise das oportunidades oferecidas para este público no que se refere ao esporte de base.

De acordo com o site institucional da Prefeitura de São Bernardo do Campo, a Secretaria de Esportes informa a disponibilidade dos cursos esportivos em 23 polos distribuídos pela cidade (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2017). No entanto, através da lei de acesso à informação foi disponibilizado um documento informando atividades ocorrendo em 14 polos da cidade (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018).

Houve uma alteração da nomenclatura do programa que atende a faixa etária dos 07 aos 17 anos, foco dessa pesquisa. Anteriormente o projeto era denominado “Programa Esporte e Cidadania” e atualmente é conhecido como “Hora do Treino”, mantendo as mesmas características e faixa etária atendida.

O documento disponibilizado salienta sua preocupação com a inclusão e garante 10% das vagas dos cursos oferecidos para as pessoas com deficiência. Nesse sentido, enfatiza a preocupação com o processo de inclusão quando diz:

Nos cursos esportivos oferecidos pela municipalidade, é adotado o princípio da inclusão, e neste sentido, os interessados portadores de deficiência, deverão participar das atividades junto aos demais matriculados. Quando necessário se recomenda a participação de um familiar para auxiliar o desenvolvimento das atividades (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018, p. 01).

Além da preocupação com a inclusão chamemos a atenção para o termo “portadores de deficiência” que já caiu em desuso e não deveria constar num documento que trate sobre o princípio da inclusão em 2018. Além disso, pode-se encontrar uma contradição quando diz que não existem aulas específicas para as pessoas com deficiência, mas oferece natação adaptada em 1 polo da cidade conforme observado no gráfico abaixo (Figura 5):

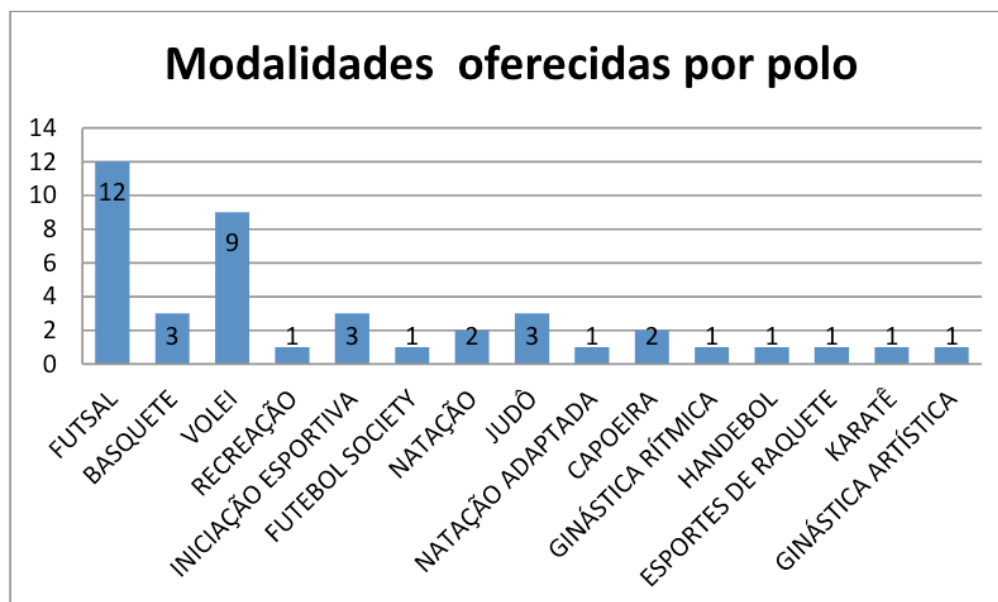


Figura 5 - Modalidades oferecidas por polo

A tabela mostra a quantidade de modalidades oferecidas nos 14 polos distribuídos pela cidade. As modalidades futsal e voleibol são as mais ofertadas nos diferentes polos da cidade. Enquanto o futsal é oferecido em 12 polos o voleibol é oferecido em 9 polos. Esses dados explicam os investimentos efetuados exclusivamente nesses dois esportes. Foram solicitados os valores de investimentos disponibilizados para as ações do esporte de base na Prefeitura de São Bernardo do Campo. A Secretaria de Esportes da cidade disponibilizou os valores que seguem na tabela.

PROJETO NÚCLEOS DE BASE – FUTSAL E VÔLEI – 2016/2017

Secretaria de Esportes e Lazer – São Bernardo do Campo Origem: Emenda

Deputado Federal Nilto Tatto – PT SP

	Investimentos
Ministério do Esporte	R\$ 500.000,00
Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo	R\$ 12.306,64
Total	R\$ 512.306,64

Tabela 3 - Repasses para os programas esportivos da cidade - SBC X Governo Federal

Esses investimentos foram realizados, precisamente, entre o período de 08 de agosto de 2016 a 08 de agosto de 2017. São os dados mais recentes informados pelo órgão público através da lei de acesso a informação (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018).

Em relação aos investimentos financeiros disponibilizados para recursos materiais em atividades para crianças e adolescentes com deficiência a Secretaria

de Esportes da prefeitura da cidade informa que:

“Á época não existiam ações vinculadas ao paradesporto para que possamos com exatidão apurar o investimento em recursos materiais” (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018. p.01).

Entretanto, na entrevista com o agente público ele informa:

“Em relação aos materiais esportivos, a dotação para a Secretaria como um todo é de R\$ 70.000,00 por ano. Os gastos estimados com o programa anualmente correspondem a aproximadamente 30% desse quantitativo” (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018).

Além disso, não existe nenhum tipo de transporte oferecido pelo município que garanta o acesso e permanência das crianças e adolescentes com deficiência no programa pesquisado (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018).

Nessa perspectiva, não há orçamento específico para o trabalho com crianças e adolescentes com deficiência, apesar da inclusão ser apresentada como uma preocupação para o acesso do público com deficiência nas ações ofertadas. Através da lei de acesso a informação foi disponibilizado o relatório final do I Seminário de políticas públicas esportivas da cidade de São Bernardo do Campo realizado em 2015, ponto inicial dessa pesquisa. O encontro teve o objetivo de apresentar e refletir sobre os impactos na comunidade dos programas esportivos realizados pela Prefeitura em parceria com o Ministério do Esporte e como pertencer a este espaço de discussão.

Foram discutidos temas como: a implementação de programas esportivos e seu impacto na vida da cidade; as diversas formas de implementação de políticas públicas de esporte e lazer e sobre a formação profissional de quem atua nessa área.

No documento do Seminário verifica-se um total de 40 núcleos de atendimento de crianças adolescentes de 6 a 17 anos com o objetivo de educar através do esporte, diferentemente da divulgação atual da prefeitura que cita 14 polos de atendimento.

Outro ponto importante do documento de 2015 é:

O maior significado desta parceria (Secretaria de Esporte e Lazer e Ministério do Esporte) é o aumento da percentagem de atendimentos diretos e indiretos (beneficiados e suas famílias) das várias regiões do município, em especial as regiões mais afastadas e também a resignificação e a otimização dos espaços públicos no município com esta finalidade de fomentar as políticas públicas de esporte e lazer (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2015).

Foram solicitadas ao órgão público municipal as informações sobre os investimentos financeiros específicos para o atendimento de crianças com deficiência em cursos de esporte no período de 2015 a 2017. No entanto, no período solicitado não foi registrada nenhuma dotação orçamentária destinada, especificamente

para esse tipo de atendimento. Entretanto, conforme entrevista feita com o agente público responsável pelo programa “Hora do Treino”, existem 12 professores que atuam no programa, com dedicação de 20 horas semanais e com o salário de aproximadamente R\$2.500. Essas informações obtidas através da lei de acesso à informação nos levaram a verificar um contraponto entre a realização do seminário de políticas públicas em 2015 e a falta de investimentos nessas mesmas políticas entre 2015 a 2017.

Um questionário foi aplicado aos professores durante reunião quinzenal no auditório do ginásio poliesportivo da cidade.

Identificou-se um total de 19 participantes, sendo 11 homens e 7 mulheres. Um pesquisado não quis identificar-se por gênero. Os dados geraram os seguintes percentuais conforme a figura 6:

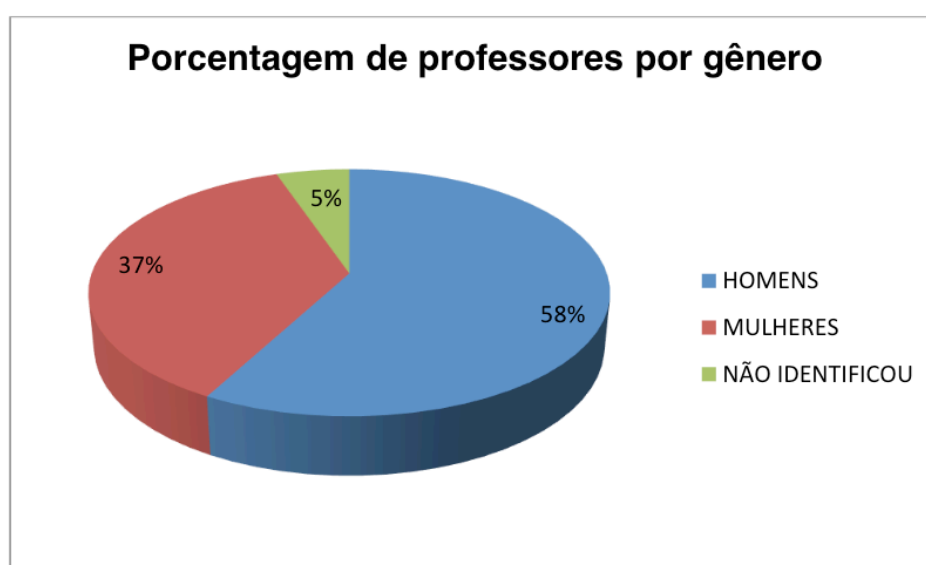


Figura 6 - Porcentagem de professores por gênero

A partir desses dados é possível verificar uma inconsistência do número de professores que atuam no programa “Hora do Treino”. Enquanto o agente público, na entrevista por e-mail, informou 12 professores dedicados ao programa, na aplicação de questionário participaram 19 professores.

Todos os profissionais vinculados ao programa tem formação em educação física. Entretanto, diferenciam-se dessa formação (Figura 7).

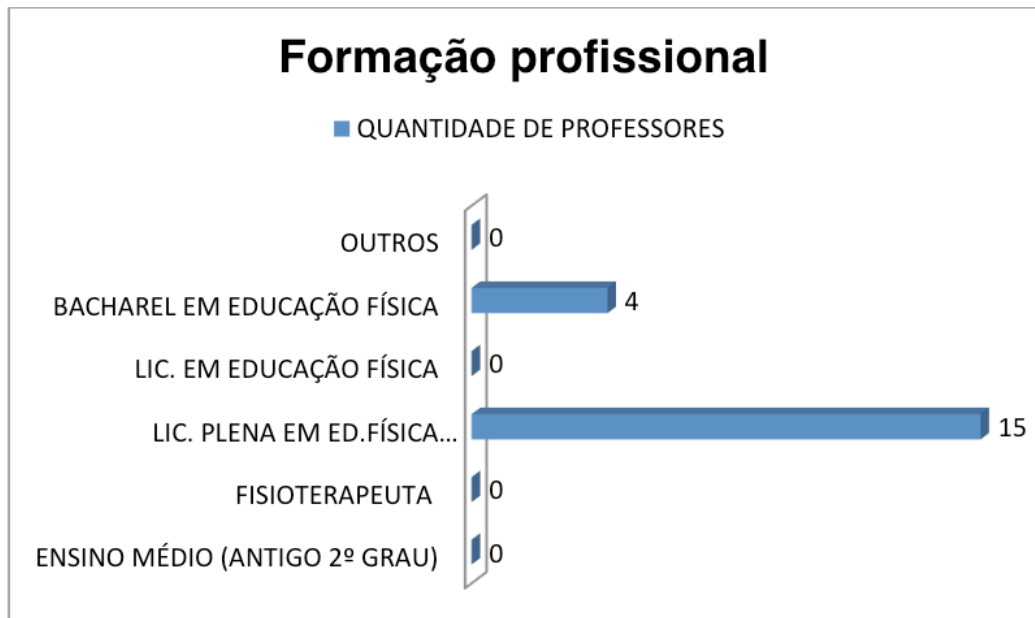


Figura 7 - Formação profissional dos professores do programa “Hora do Treino”

A referida formação dos profissionais aconteceu em momentos diferentes conforme demonstrado na figura 8. A maioria dos professores é experiente, mas existe uma mescla de experiência com novas formações o que pode ser uma combinação importante devido à troca de informações e perspectivas diferentes.

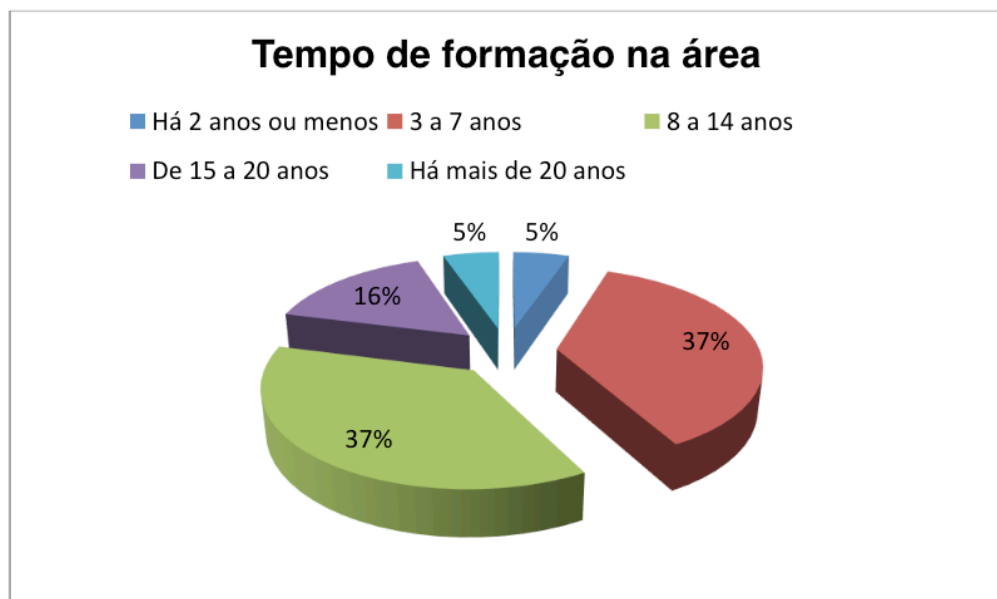


Figura 8 - Tempo de formação na área

Além da graduação, 10 professores concluíram especialização e 2 passaram por curso de atualização profissional. Entre esses profissionais, quando perguntados a área de sua titulação em nível de pós-graduação foi informado os dados conforme a figura 9. Pode-se perceber que poucos professores têm especialização em educação física adaptada e/ou atividades inclusivas.

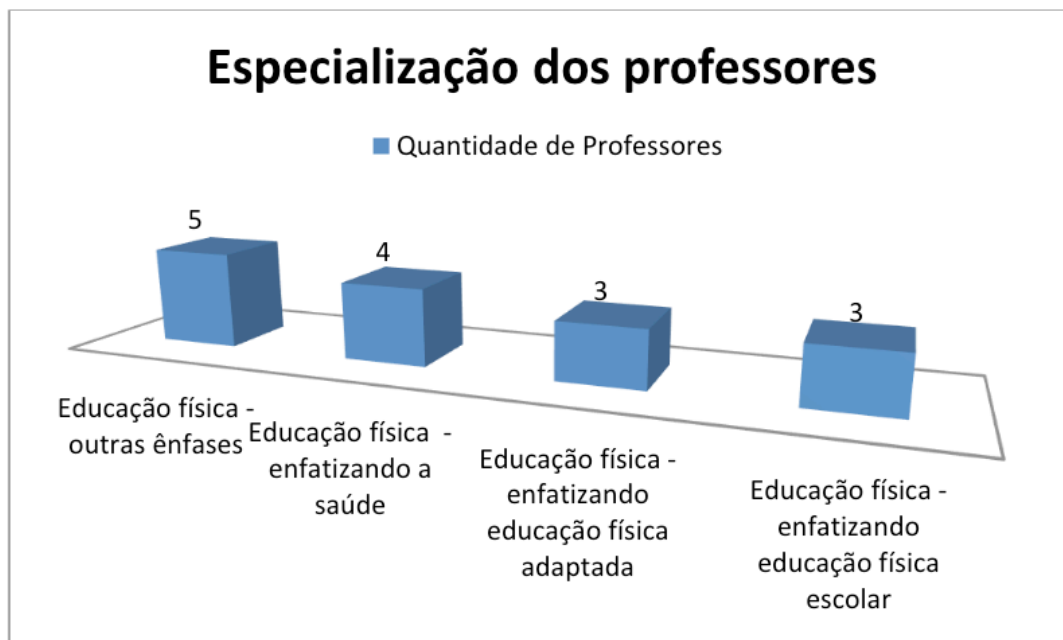


Figura 9 - Especialização dos professores do programa “Hora do Treino”

Quando questionados se participaram de alguma atividade de formação continuada na área de deficiência (atualização, treinamento, capacitação, etc) nos últimos três anos e se a formação foi oferecida pela rede municipal os professores responderam como segue na figura 10.

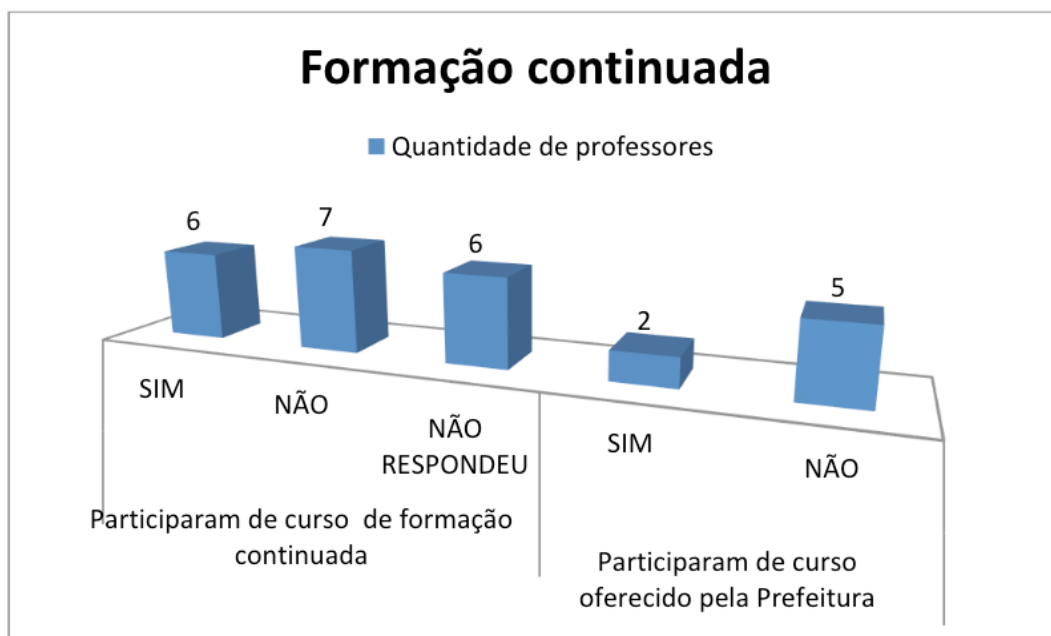


Figura 10 - Formação continuada por iniciativa dos professores x iniciativa do órgão público

Os professores que responderam positivamente em relação ao oferecimento de cursos pela Prefeitura estão na rede a mais de 8 anos. Os professores mais recentes da rede pública, segundo as respostas obtidas através da aplicação do questionário, não tiveram essa oportunidade. Entretanto, em entrevista com o

agente público, responsável pelo programa, foi informado que existe um processo de formação continuada, abordando diferentes temas, inclusive o trabalho com pessoas com deficiência. Em geral, são oferecidas cerca de 50 horas de formação distribuídas ao longo de um ano de trabalho. A informação do gestor coaduna com um dos pontos de discussão do Seminário de Políticas Públicas no Esporte que foi à formação profissional de quem atua nessa área (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2015). Baseado nas informações do agente público, talvez esteja faltando divulgação mais eficaz destes cursos ou falta de interesse por parte dos professores. Um estudo mais direcionado poderá responder a esta questão.

Há uma divergência sobre o entendimento que os professores e gestor possuem em relação às oportunidades oferecidas nos cursos de formação continuada.

Os pesquisados foram questionados sobre o grau de importância de cursos de formação continuada para o trabalho que realizam com as crianças e adolescentes com deficiência (Figura 11).

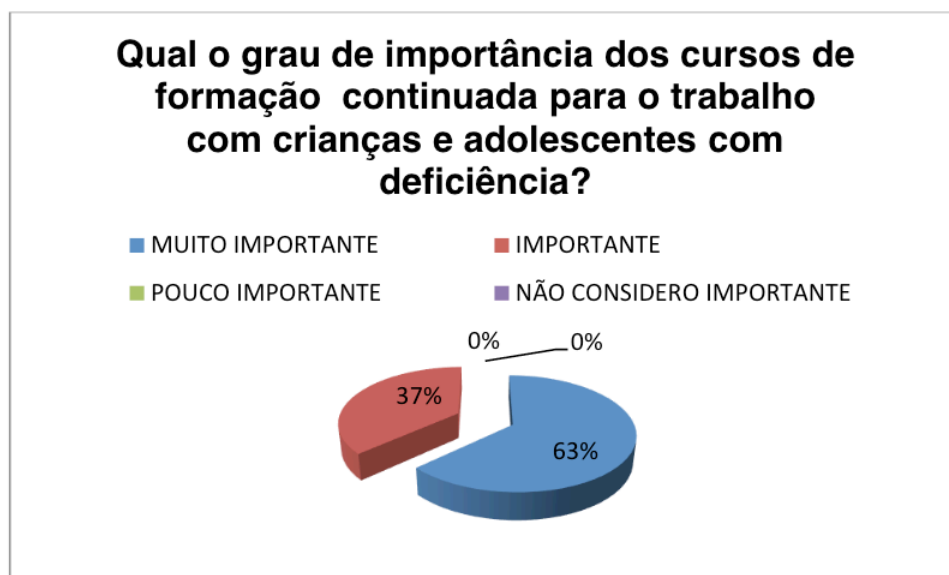


Figura 11 - Opinião dos professores sobre a importância de cursos de formação continuada para o trabalho com crianças e adolescentes com deficiência

Embora todos os professores tenham admitido ser importante a formação continuada, poucos se capacitaram nos últimos três anos conforme demonstrado na figura 10.

Em relação aos professores que passaram por curso de formação continuada, seja por iniciativa e recursos próprios ou pela rede pública, quando perguntados sobre a utilização de seus conhecimentos adquiridos nessas formações apresentam as seguintes considerações (Figura 12).

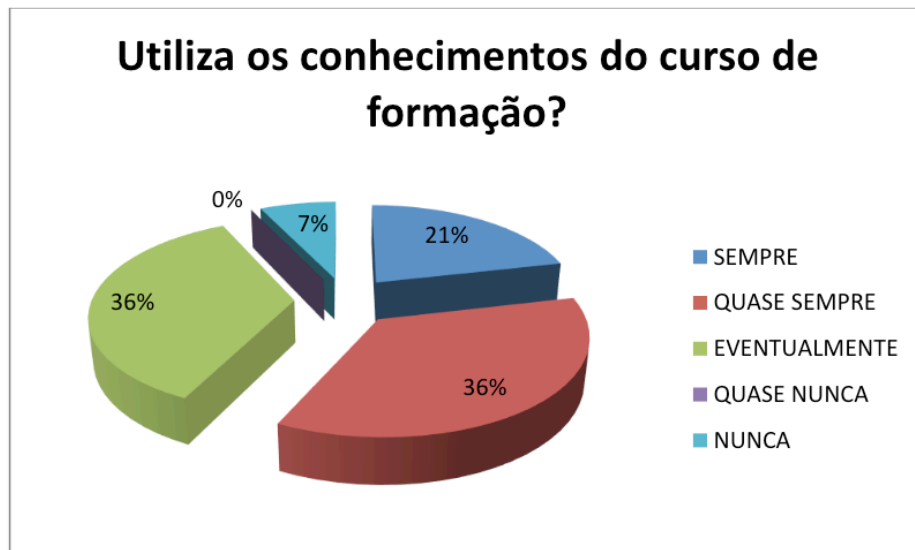


Figura 12 - Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso de formação continuada

Apesar de 100% dos pesquisados considerarem, muito importante ou importante (63% e 37%, respectivamente), os cursos de formação para o atendimento ao público com deficiência, apenas 57% dos professores utilizam os conhecimentos adquiridos, sempre ou quase sempre (21% e 36%, respectivamente), nos cursos que participaram. Talvez os cursos precisem melhorar o conteúdo ofertado e por este motivo alguns professores não se interessam por eles. Seria interessante que o órgão público fizesse uma pesquisa junto aos professores sobre suas necessidades diárias, afim de que os conhecimentos adquiridos nestes cursos possam ser utilizados de maneira mais efetiva.

Especificamente ao programa “Hora do treino” os pesquisados foram perguntados sobre o tempo que estão participando do programa. A figura 13 apresenta a quantidade de profissionais em relação ao tempo.

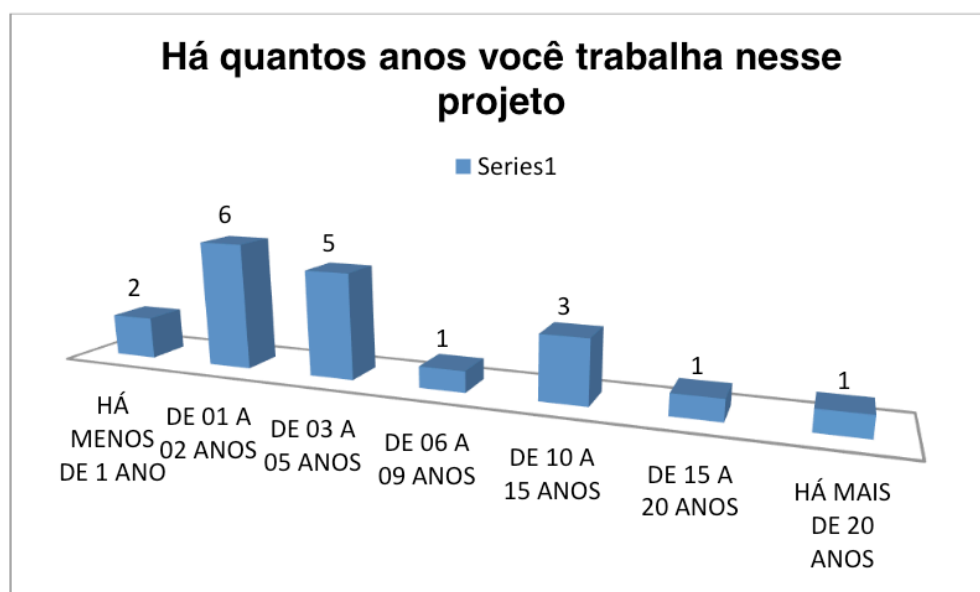


Figura 13 - Tempo que os professores lecionam no programa “Hora do Treino”

A diversidade de respostas pode ser explicada pelo projeto existir na rede municipal a, aproximadamente, 40 anos. Porém, ao longo do tempo sofre alteração em seu nome, mantendo suas características.

O questionário também apontou as modalidades ministradas por cada professor como segue na figura 14.

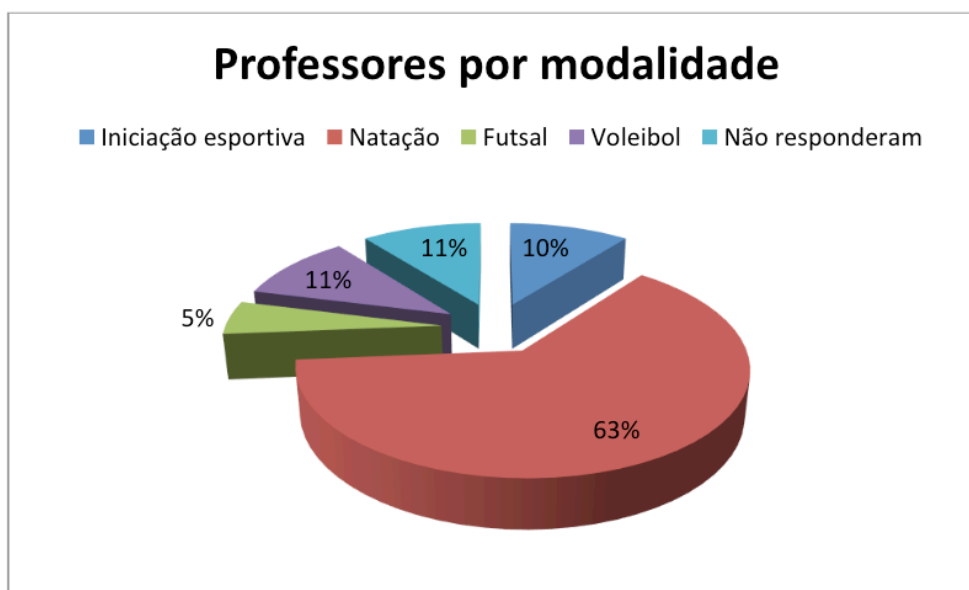


Figura 14 - Porcentagem de professores que atuam por modalidade

Pode-se identificar um contraponto entre os investimentos destinados ao futsal e ao vôlei pelo repasse do Governo Federal, os polos que oferecem essas duas modalidades e os professores pesquisados. Somente 2 professores citaram o ensino de vôlei e 1 o ensino de futsal, insuficiente para a demanda apresentada pelos oferecimentos por polo e os repasses ofertados.

Além disso, apenas 3 polos oferecem natação o que pode apontar uma disparidade na distribuição dos professores nos polos já que 63% dos professores dizem lecionar natação. Provavelmente o número passado sobre as modalidades oferecidas por polo está equivocado.

Outras modalidades oferecidas como basquete; recrea o; futebol society; judô; natação adaptada; capoeira; ginástica rítmica; handebol; esportes de raquete e ginástica artística não foram citados pelos professores que responderam a pesquisa. Nesse sentido,   possível que essas modalidades sejam ministradas pelos 11% de professores que não responderam a pesquisa. Será necessária uma pesquisa posterior e que seja apresentada esse contraponto ao gestor responsável pelo programa.

O questionário também identificou a opinião dos profissionais de educa o física sobre a infraestrutura oferecida para o atendimento específico para o trabalho com crianç s e adolescentes com deficiência, conforme demonstrado na figura 15.

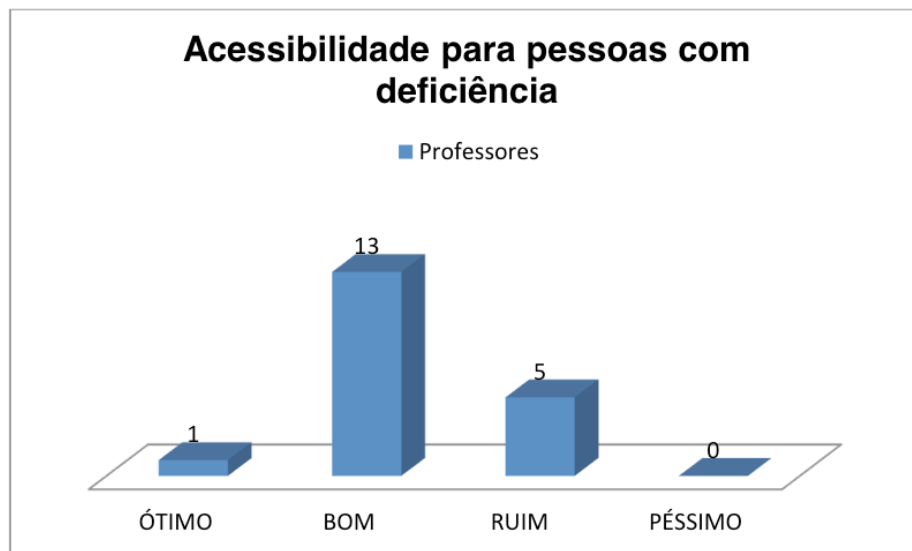


Figura 15 - Identifica a opinião dos professores do programa “Hora do Treino” em relação à acessibilidade dos polos que atendem crianças e adolescentes com deficiência

As respostas variaram em relação aos polos de atendimento e a subjetividade inerente à questão. Em relação à qualidade dos recursos materiais disponíveis para a prática das atividades os pesquisados consideram (Figura 16):

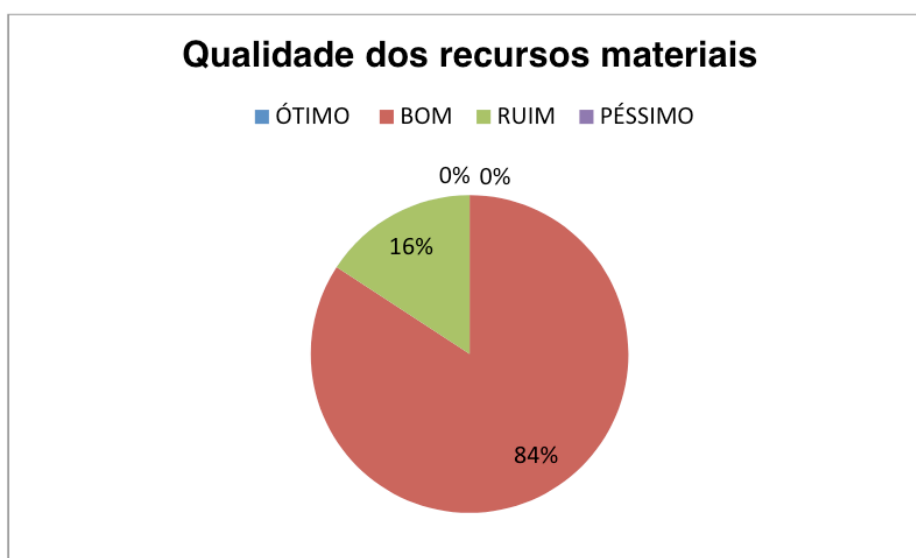


Figura 16 - Qualidade dos recursos materiais disponíveis para a prática das atividades

Em relação à quantidade de materiais os resultados foram expressos da seguinte maneira (Figura 17):

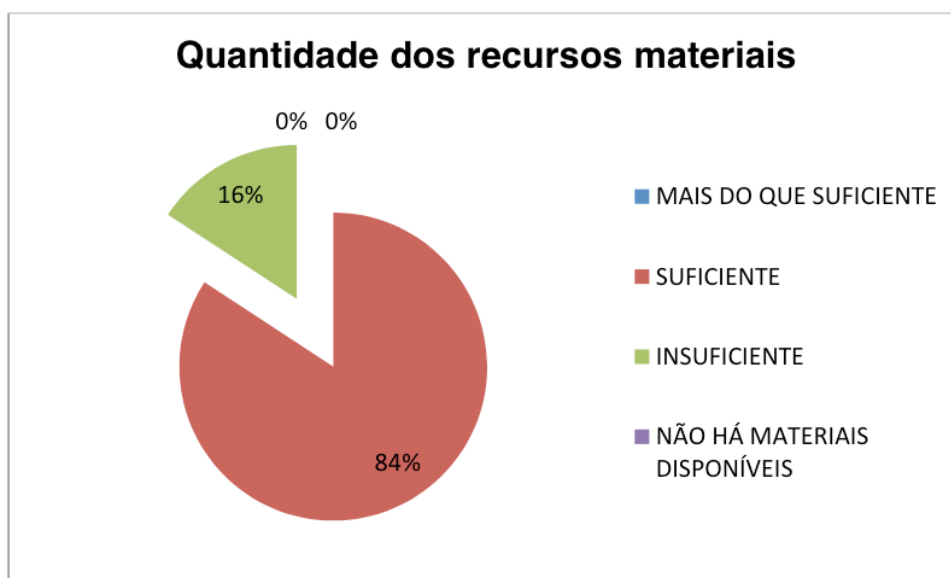


Figura 17 - Quantidade de recursos materiais disponíveis para a prática nos polos do programa “Hora do Treino”

Conforme ilustrado nas figuras, a qualidade e a quantidade mantiveram o mesmo percentual (84%) de qualidade em relação à quantidade disponível para a prática. Apesar do órgão público não possuir um valor exato do investimento destinado à compra e reposição de materiais a estimativa é em torno de R\$ 21.000/ano (SÃO BERNARDO DO CAMPO, 2018).

Valor que parece suficiente para o atendimento da demanda, entretanto, a insatisfação de alguns profissionais em relação à qualidade e a quantidade dos recursos materiais disponíveis deve ser analisada pelo órgão público.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verifica-se que a cidade de São Bernardo do Campo possui políticas públicas inclusivas para o esporte de base e que oportuniza vivências e atividades esportivas para crianças entre 10 e 14 anos, foco da pesquisa.

Entretanto, não foi informada dotação orçamentária para compra de materiais específicos que auxiliem nas atividades para o público com deficiência e também nenhum orçamento específico para o trabalho com crianças e adolescentes com deficiência no município, porém a pesquisa apontou recursos materiais de qualidade e suficientes na maioria dos polos que pertencem ao programa.

Apesar de a cidade ser composta por bairros em que o acesso é feito por balsa, não é disponibilizado aos munícipes interessados nos programas esportivos, um transporte que favoreça o acesso e a permanência dos inscritos no programa. Nesse sentido, existe uma dicotomia entre o Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, realizado em 2015 e a falta de orçamento específico que demonstre que

ações estão sendo efetuado para a efetividade do processo de inclusão esportiva, acesso e, principalmente de convivência social das pessoas com deficiência.

Houve informações diferentes em relação à quantidade de polos destinados a práticas de atividades esportivas. No site da cidade consta a informação de 23 polos disponíveis, no relatório final do Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Programa de Esporte e Lazer da Cidade, realizado em 2015 foram 40 núcleos esportivos citados e através da lei de acesso a informações foram obtidos 14 polos disponíveis que atendem crianças e adolescentes com deficiência na faixa etária de 10 a 14 anos. Essa diferença pode ser justificada por outros polos da cidade destinados a pratica de atividades físico desportivas não possuem acessibilidade e/ou material que oportunize a prática para o público com deficiência, além de professores capacitados que possam ministrar as práticas de forma segura. Será necessária pesquisa posterior com os agentes públicos responsáveis pelas políticas públicas inclusivas no esporte para que seja possível a elucidação dessa diferença.

Em relação à capacitação dos professores com cursos oferecidos pelo órgão público, houve divergência entre as informações passadas na entrevista com o agente público e as obtidas pela aplicação do questionário. Serão necessárias novas abordagens para o entendimento de como esses cursos são oferecidos, se os professores é que não estão buscando a capacitação, se os conteúdos não são adequados ou não estão sendo absorvidos pelos professores do programa.

O número de vagas do programa “Hora do Treino” foi suficiente para atender a demanda, ficando 15% das vagas ociosas no ano de 2018 por desistência dos contemplados. Entretanto, como não foi informado o número de inscritos em 2018 não é possível identificar se o número de vagas oferecidas para o próximo ano será suficiente para atendimento da demanda.

Em relação às atividades oferecidas o futebol e o vôlei são as modalidades que possuem maior investimento na cidade e as que estão presentes na maioria dos núcleos que os cursos são ofertados. Os repasses financeiros do Governo Federal apontam para o investimento, especificamente, para essas duas modalidades. Entretanto, apenas 3 professores pesquisados afirmaram trabalhar com essas modalidades. Uma justificativa poderia ser a ausência de outros professores nas respostas desta questão e da não participação da pesquisa. Porém, faz-se necessária outra entrevista com o agente público para esclarecimento desse ponto. Já a natação, embora seja oferecida em apenas três polos, é a modalidade com o maior número de professores do programa “Hora do treino”. Apesar disso, não foi informado pelo município, nenhum orçamento ou investimento específico para essa modalidade, além do pagamento do salário para os professores que lecionam nela.

Espera-se que o presente estudo sirva como ponto de partida e base para que haja acompanhamento com intuito de avaliar se o referido projeto atenderá o seu

papel social de inclusão nos próximos anos, averiguando se haverá aumento ou redução na participação de pessoas com deficiência. Além disso, se haverá maior clareza na aplicação do orçamento e nas informações sobre os participantes do projeto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L.T.P de. **Iniciação Esportiva na escola** – a aprendizagem dos esportes coletivos. Perspectiva em Educação Física Escolar. Niterói: Número Especial, 2005. Disponível em: < <http://boletimef.org/biblioteca/172/Almeida-Artigo>>. Acesso em: 05 out. 2017.
- ARAÚJO P.F. **Desporto adaptado no Brasil**. São Paulo: Phorte; 2011.
- ARENA, S. S. e Bohme, M.T.S. **Programa de iniciação esportiva na Grande São Paulo**. Revista Paulista de Educação Física. V. 14, n. 2, p.184-95. São Paulo, jul./dez 2000.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Organização de Alexandre de Moraes. 16.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca**: sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 19 dez.2017.
- BRASIL. **Política Nacional de Esporte**. Brasília, DF, 2005.
- CAMPEÃO, M.S. **Atividades esportivas para pessoas com deficiência física**. In: FERREIRA, E.L (Org.). Esportes e atividades inclusivas. Niterói: Intertexto, 2014.
- CANAN, F. **Ações do setor público frente à constituição da estrutura de uma modalidade esportiva em nível local**. In: Mezzadri, F. M.. (Org.) **Políticas Públicas e esporte**. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014. p. 233-253.
- CARMO, A.A. **Aspectos históricos, filosóficos e sociológicos da deficiência**. In: FERREIRA, Eliana Lucia (Org.). Esportes e atividades inclusivas. Niterói: Intertexto, 2014.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. Organização das Nações Unidas, 1989.
- CUNHA, E. A. **Normas e recomendações internacionais sobre deficiência**. 2. ed. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 2001.
- GARCIA, R.M.C. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. 2004. 227f. Tese 212 (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2004.
- GREGÓRIO, K.M; SILVA, T. da. **Iniciação esportiva X especialização esportiva precoce: quando iniciar estas práticas?**. 2014. Disponível em:<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/viewFile/3127/2052>. Acesso em: 10 de setembro de 2017.
- MEZZADRI, F. M.. (Org.) **Políticas Públicas e esporte**. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014.
- OTHERO, M.B.; AYRES, J.R.C.M. **Healthcare needs of people with disabilities: subjects'**

perspectives through their life histories. *Interface - Comunic., Saude, Educ.*, v.16, n.40, p.219-33, jan./mar. 2012.

REIS CP, MORAES LC, FERREIRA MC, NOCE F, COSTA VT. **Recursos humanos, financeiros e materiais de atletas de basquetebol nas categorias de base e a percepção dos treinadores sobre a formação dos atletas.** *Rev Bras Educ Fís Esporte.* 2014;28:491-503.

ROSA, R. L. **A política nacional do esporte e sua relação com as esferas Federal e Municipal.** In: Mezzadri, F. M.. (Org.) **Políticas Públicas e esporte.** Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014. p. 217-231.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura Municipal. 2017. Disponível em: <<http://www.saobernardo.sp.gov.br/sesp>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura Municipal. 2018. **Lei de acesso a informação. 41553.2018.** Solicitação. Secretaria de Esportes.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura Municipal. 2018. **Resolução SESP 001/2018,** Notícias do Município. 1976. ED. p. 44.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura Municipal. 2015. **1º Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Programa Segundo Tempo (PST),** Secretaria de Esportes.

SÃO BERNARDO DO CAMPO. Prefeitura Municipal. 2018. Lei de acesso a informação. 35918.2018. Solicitação. Secretaria de Esportes.

SILVA, M. M; MEZZADRI, F.M. **Desenvolvimento de um método para as pesquisas em políticas públicas de esporte no Brasil:** Uma abordagem de pesquisa mista. In: Mezzadri, F. M.. (Org.) **Políticas Públicas e esporte.** Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014. p. 15-3.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** *Revista AATR,* 2002.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos.** Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adaptações corporais 182, 188

Adolescentes 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 23, 25, 26, 38, 40, 41, 42, 43, 51, 52, 53, 88, 95, 96, 98, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 118, 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 147, 262, 264, 265, 270, 272

Aptidão física 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 89, 141, 142, 145, 146, 151, 154, 155, 156, 159, 167, 168, 194, 204, 239

Aquathlon 149, 151

Atividade física 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 25, 26, 41, 42, 43, 51, 52, 53, 55, 67, 140, 141, 145, 146, 147, 149, 151, 152, 158, 164, 165, 166, 167, 171, 173, 178, 180, 181, 186, 187, 188, 194, 196, 198, 199, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 235, 236, 238, 239, 251

Atividade motora adaptada 55

B

Brincadeiras 32, 34, 35, 36, 38, 40, 52, 57, 81, 101, 103, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 142, 268

C

Circo 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86

Comportamento sedentário 41, 52, 151, 225, 242

Comunidades tradicionais 229

D

Dança 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 81, 82, 103, 172, 176, 177, 179, 235, 236, 239

Deficiência visual 55, 56, 57, 58, 67

Desempenho cognitivo 262

Desenvolvimento infantil 26, 72

Desenvolvimento motor 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 32, 36, 37, 38, 52, 53, 88, 93, 95, 141, 146, 147, 151, 247

E

Educação física 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 16, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 43, 44, 48, 53, 55, 57, 58, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 93, 94, 97, 104, 115, 116, 120, 124, 129, 130, 140, 142, 144, 146, 147, 150, 152, 155, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 188,

204, 206, 210, 228, 232, 241, 242, 243, 245, 247, 248, 251, 261, 263, 265, 266, 267, 268, 271, 273

Educação física escolar 31, 37, 41, 42, 53, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 81, 85, 86, 87, 88, 90, 124, 247, 248, 263, 265, 273

Educação infantil 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 88, 138, 265

Envelhecimento 171, 172, 178, 180, 202, 203, 204, 205, 214, 216, 218, 219, 224, 227, 228, 237, 253, 254, 255, 258, 259, 260

Escolares 1, 5, 10, 14, 23, 24, 26, 27, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 47, 51, 52, 53, 80, 265

Esporte de base 96, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 112, 113, 122

Estágio 20, 21, 22, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 37, 38, 50, 53

Estudantes 3, 4, 5, 6, 7, 80, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 251, 252, 262, 265

Exercício físico 51, 53, 186, 187, 192, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 204, 205, 211, 218, 219, 225, 235, 246, 249, 250, 251, 256, 273

F

Funcionalidade 168, 253

G

Ginástica artística 87, 88, 90, 93, 94, 95, 120

H

Hidroginástica 103, 148, 149, 150, 151, 177, 178

I

Idosos 55, 149, 150, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 238, 239, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 264

Inatividade física 2, 202, 203, 205, 210, 214, 218, 228, 242, 245, 246, 251

Inclusão 4, 19, 26, 38, 42, 55, 64, 66, 70, 96, 99, 100, 104, 112, 114, 123, 124, 142, 151, 176, 195, 205, 219, 225, 243

J

Jogos 2, 32, 34, 35, 36, 38, 40, 42, 52, 57, 65, 73, 74, 80, 81, 101, 103, 126, 127, 128, 129, 130, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 141, 142, 161

L

Lutas 42, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 102, 103

M

Manifestações religiosas 230

Maturação sexual 39, 40, 43, 44, 45, 47, 49, 50, 52, 53

Mialgia 192

Militares 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 163, 165, 166, 167, 168

Mini-tênis 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145

Músculo 12, 184, 253, 255, 256, 257

N

Natação 103, 111, 112, 120, 123, 148, 149, 150, 151, 152

P

Políticas públicas 70, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 114, 115, 118, 122, 123, 124, 125, 187

Práticas corporais 58, 77, 78, 103, 251, 265

Processo evolutivo 182, 183, 184, 187

Produções culturais 126, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 137

Psicomotricidade 30, 34, 37, 87, 88, 94, 95

Q

Qualidade de vida 2, 26, 53, 67, 149, 151, 152, 153, 155, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 178, 200, 211, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 238, 239, 241, 243, 251, 253, 255, 258, 273

S

Salto vertical 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

Serviços de saúde escolar 26

Smartphone 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 23

T

Trabalhador 159, 164, 192, 200

Treinamento de força 186, 253, 257, 258, 260, 273

V

Violência 40, 72, 163, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272

 **Atena**
Editora

2 0 2 0